

Técnico quer ampla revisão dos contratos

A renegociação da dívida externa brasileira não pode transformar-se numa simples barganha com os credores e países envolvidos, na opinião do economista da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Jr. Falando no Rio, ele afirmou que o principal argumento do Brasil em defesa de novo esquema de pagamento da dívida que se ajuste às possibilidades do País é "fazer que os banqueiros e os governos compreendam que uma posição inflexível conduzirá a uma situação social insustentável para o País".

"Há uma corrente que insinua ser inevitável a volta de algum tipo de alinhamento automático com os Estados Unidos como preço a pagar pela superação do **impasse** nas contas externas. Considero essa posição inadequada", diz o economista.

Paulo Nogueira Batista Jr. coloca como premissa inicial para a renegociação da dívida a de que "esta se tornou impagável. Em termos de custos e prazos inicialmente acordados, implicando uma ampla revisão contratual". Essa revisão, segundo ele, se desdobra em alguns pontos básicos: primeiro, o reescalonamento quase total dos pagamentos do principal da dívida externa de médio e longo prazos. Em segundo lugar, o reescalonamento dos juros, que ele estima atualmente em US\$ 35 bilhões a serem pagos entre 1984 e 1986, além de US\$ 11 bilhões este ano, "e que não temos a menor possibilidade de pagar".

RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

Para o economista, as fórmulas adotadas anteriormente para atender a esse pagamento—tentativa de obter grandes superávits comerciais pela compressão violenta das importações ou o financiamento de juros com novos empréstimos — são inviáveis numa situação de retração dos bancos. Ele defende a negociação de um método de renovação automática dos juros vencidos, com pagamento apenas escritural, e sua substituição por novos empréstimos, a exemplo da Polônia, que acaba de reescalonar 65% dos juros que devia ao sistema financeiro internacional.

ESTENDER MORATÓRIA

Também no Rio, o economista e chefe do grupo de informação agrícola da Fundação Getúlio Vargas, Tito Ryff, considera que o Brasil deve estender a "moratória de fato" em que se encontra e descartar qualquer tentativa de moratória unilateral. Para ele, a vantagem desta posição está no fato de que "ela desloca o ônus político de uma ruptura com a comunidade financeira internacional para os credores do País".

"A extensão da moratória de fato" — diz Tito Ryff — "é apenas um pré-requisito para a renegociação. Esta deveria ser acompanhada pela elaboração de um plano econômico que definisse o limite dos sacrifícios a serem aceitos pelo Brasil para reequilibrar sua economia e que servisse como plataforma para negociar".

Para ele, duas prioridades econômicas do País devem ser consideradas na renegociação: "Precisamos evitar a transferência de bens materiais e serviços do Brasil para o Exterior, com a finalidade de pagar os juros da dívida. Eu espero, nesse sentido, que o controle de câmbio não sirva para dar prioridade à liquidação dos juros e sim para garantir as importações prioritárias", afirma. O segundo ponto básico é recompor os recursos de caixa em moeda estrangeira, pois "é inaceitável, do ponto de vista da soberania nacional, que uma nação como o Brasil seja levada à falta de divisas necessárias à sua sobrevivência até a curto prazo".